

**Ata de Reunião Ordinária**  
**Conselho Municipal de Patrimônio Cultural (COMPAC)**

Data: 14-09-2023

Horário: 09h00min

Local: Teatro Municipal Antônio Roberto de Almeida

Pauta

- 1- Validação e assinatura das atas das reuniões ordinárias presenciais do COMPAC realizadas no dia 13 de julho de 2023 e no dia 10 de agosto de 2023;
- 2- Autorização, conforme previsão legal no inciso XIV, do art. 75, da Lei nº 3.978, de 08 de outubro de 2018, para uso do recurso do FUMPAC para a realização do pagamento da 17ª medição da obra de restauração do Solar Teixeira da Costa/Museu Histórico Aurélio Dolabella, conforme documentação em anexo;
- 3- Informativo: Atendimento de pedido de solicitação para acionamento da CEMIG (Reunião do COMPAC de 10 de Agosto de 2023);
- 4- Informativo: Estudo para o Dossiê de Tombamento Municipal da Fazenda Boa Esperança;
- 5- Informativo: Projetos relacionados à Fazenda Boa Esperança (Prontos/Atualizados: Projeto Arquitetônico, Projetos Complementares, Planilha e Cronograma Físico-Financeiro da Casa Sede; A elaborar: Casa do Caseiro, Área da Piscina, Silo e Curral) – solicitação do Conselheiro Glaucon Durães da Silva Santos;
- 6- Informativo: Museu da Cozinha Mineira (Processo Administrativo nº 001/2022/Termo de Colaboração – Secretaria Municipal de Cultura e Turismo – Edital de Chamamento Público – SECULT nº 01/2022) – solicitação do Conselheiro Adalberto Andrade Mateus;
- 7- Informativo: Contratação da FAOP – Fundação de Arte de Ouro Preto (Contrato Nº 115/2022 de Prestação de Serviços e Ações de Preservação ao Patrimônio) - solicitação do Conselheiro Adalberto Andrade Mateus;
- 8- Informativo: Manifestação em relação à proposta de Deliberação Normativa da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Abastecimento;
- 9- Informativo: Nova Instalação da Secretaria Municipal da Cultura e do Turismo de Santa Luzia/MG;
- 10- Informativo: Orçamento Participativo 2023, para o exercício 2024

<b>Membros</b>	<b>Representação</b>	<b>Entidade</b>	<b>Presença</b>
Cassiano Luís Boldori	Presidente	Secretaria de Cultura e Turismo	SIM
Marco Aurélio Carvalho Fonseca	Titular	Secretaria de Cultura e Turismo	SIM
Juliana Cristina Facre	Suplente	Secretaria de Cultura e Turismo	NÃO
Luciana Angélica de Sá Machado	Titular	Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação	NÃO
Gustavo Fernandes Pereira	Suplente	Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação	SIM
Wesley Pereira Soares	Titular	Ordem dos advogados do Brasil	NÃO
Francisco Carlos da Silva	Suplente	Ordem dos advogados do Brasil	NÃO
Fernando Luiz Coelho	Titular	Secretaria de Educação	NÃO
Walace Henrique de Freitas	Suplente	Secretaria de Educação	NÃO
Ítalo José Leite Campanella	Titular	CREA	NÃO
Joel Eustáquio da Silva Dias	Suplente	CREA	NÃO
Wander Rosa de Carvalho Junior	Titular	Câmara Municipal	NÃO
Henry Santos do Amaral	Suplente	Câmara Municipal	NÃO
Neilson José da Silva	Titular	IFMG	SIM
Reinaldo Trindade Proença	Suplente	IFMG	NÃO
Adalberto Andrade Mateus	Titular	Associação Cultural e Comunitária de Santa Luzia	SIM
Elizabete de Almeida Teixeira Tófani	Suplente	Associação Cultural e Comunitária de Santa Luzia	NÃO
Aparecida dos Santos Carmo Evangelista	Titular	Associação Cultural das Mulheres Quilombolas de Pinhões	SIM
Maria Geralda Gonzaga Carvalho	Suplente	Associação Cultural das Mulheres Quilombolas de Pinhões	NÃO
Glaucon Durães da Silva Santos	Titular	Mitra Arquidiocesana	SIM
Ana Luiza Andrade e Sousa	Suplente	Mitra Arquidiocesana	NÃO
Celso de Aquino Pereira dos Santos	Titular	ONG Patrulheiros da Paz	NÃO
José Elio Gonçalves dos Santos	Titular	Associação Comunitária Bairro Londrina	NÃO
Maria M. Soares Neves	Titular	Instituto Comunitário Seara de Luz	NÃO
Maria Aparecida Izabel	Titular	Ass. Com. Três Corações, Nova Conquista I e Adjacência -	NÃO

al





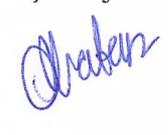
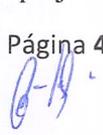
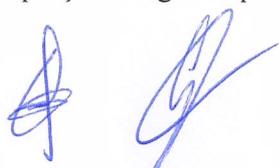

Às nove horas do dia quatorze de setembro do ano de dois mil e vinte e três, no Teatro Municipal Antônio Roberto de Almeida, deu-se início a reunião ordinária presencial do mês de setembro, do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural (COMPAC). Estiveram presentes: Cassiano Luís Boldori (Secretário Municipal de Cultura e Turismo e presidente do referido Conselho), Marco Aurélio Carvalho Fonseca (Secretaria de Cultura e Turismo), Gustavo Fernandes Pereira (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano), Glaucon Durães da Silva Santos (Mitra Arquidiocesana), Neilson José da Silva (IFMG), Aparecida dos Santos Carmo Evangelista (Associação Cultural das Mulheres Quilombolas de Pinhões); Adalberto Andrade Mateus (Associação Cultural Comunitária). Cassiano inicia a reunião agradecendo a presença dos conselheiros, destacando também a participação do presidente da OAB, Wellington Rangel, e dos representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano. Questiona se há alguma objeção com relação à ordenação da pauta, não sendo indicado qualquer impeditivo por parte dos presentes. Segue para a **Pauta 1**: Validação e assinatura das atas das reuniões ordinárias presenciais do COMPAC realizadas no dia 13 de julho de 2023 e no dia 10 de agosto de 2023. Cassiano solicita a dispensa deste primeiro item, considerando que os conselheiros já tiveram acesso às atas e não assinalaram quaisquer objeções. Segue para a **Pauta 2**: Autorização, conforme previsão legal no inciso XIV, do art. 75, da Lei nº 3.978, de 08 de outubro de 2018, para uso do recurso do FUMPAC para a realização do pagamento da 17ª medição da obra de restauração do Solar Teixeira da Costa/Museu Histórico Aurélio Dolabella. Solicita que a arquiteta Márcia Sousa apresente esta pauta. Márcia diz que a primeira fase de restauração do Museu está próxima de sua finalização, indicando que este será o último mês. Diz que a décima sétima medição (pautada nesta reunião) corresponde à finalização do manto da cobertura, dos esteios e de enxerto. Esclarece que o manto já foi finalizado, bem como os acabamentos, a lavagem das telhas e águas bem definidas. Fala que foi realizada a limpeza, a reinstalação e finalização da cobertura, bem como do esteio. Diz que o muro de divisa da praça foi parcialmente removido, a fim de ser realizada a recuperação da parte da linha do baldrame e do esteio. Projeta imagens representativas sobre os processos. Fala que ainda haverá mais uma medição antes da finalização desta primeira etapa e que na próxima reunião será apresentada a décima oitava medição. Diz que a finalização desta primeira fase termina no dia 30 de setembro, e que será realizada a limpeza geral da obra e da cobertura interna, seguida de uma verificação acerca de possíveis intervenções necessárias. Fala que todo o processo tem sido de grande aprendizado, e que está sendo elaborado um livro sobre essa primeira fase das obras. Enfatiza que na próxima reunião será apresentado um *feedback* final, já apresentando as expectativas da continuidade das ações. Informa que o valor da 17ª medição é R\$ 185.409,85 (cento e oitenta e cinco mil quatrocentos e nove reais e oitenta e cinco centavos). Ressalta que a próxima medição apresentará um valor ainda mais baixo, tendo em vista que corresponderá à finalização da primeira etapa. Cassiano agradece a explicação. Neilson diz que o projeto foi bastante amplo e que os alunos do IFMG tiveram a oportunidade de realizar visitas no espaço da obra. Márcia agradece a parceria do



H-19

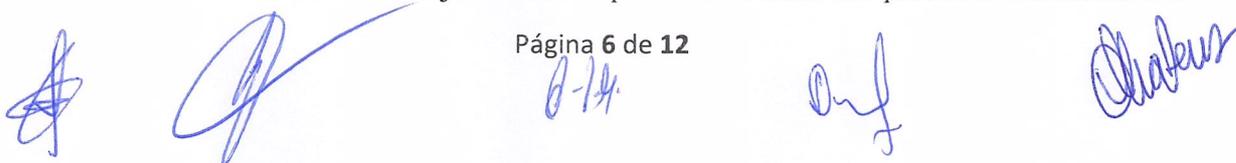


IFMG, ressaltando que o empenho dos alunos foi notável, e que foi gerado um livro de registro das visitas. Cassiano diz que a segunda fase será apresentada na próxima reunião, já apresentando os documentos relativos à licitação. Glaucon Durães pergunta quando começará a segunda fase. Márcia diz que a previsão é que se inicie em dezembro. Cassiano esclarece que esse prazo se dá pela necessidade de atendimento dos prazos estabelecidos pela licitação. Cassiano pergunta se os presentes são favoráveis ao uso do recurso do FUMPAC para o pagamento da décima sétima medição, sendo aprovado por todos os presentes. Cassiano ressalta que as pautas seguintes se tratam de informativos. Segue para a **Pauta 3**: Atendimento de pedido de solicitação para acionamento da CEMIG (Reunião do COMPAC de 10 de Agosto de 2023). Ressalta que esta pauta está relacionada ao estabelecimento de diretrizes de uso da Fazenda Boa Esperança, e que foi encaminhada a demanda para a Secretaria Municipal de Obras. Esclarece que, provavelmente, na próxima reunião do COMPAC já haverá manifestação. Diz, ainda, que as diretrizes somente serão publicizadas após o recebimento desta manifestação, a fim de evitar a necessidade de realização de retificações futuras. Segue para a **Pauta 4**: Estudo para o Dossiê de Tombamento Municipal da Fazenda Boa Esperança. Cassiano esclarece que esta foi uma solicitação do conselheiro Glaucon, e reforça que o dossiê já está em processo de construção. Fala que a parte técnica não pôde estar presente nesta reunião por estarem em um curso sobre a paisagem cultural, promovido pela UFMG. Cassiano diz que alguns pontos não poderão ser tratados nesta reunião exatamente pela ausência dos técnicos responsáveis, tendo em vista os possíveis questionamentos acerca das definições técnicas. Diz que a sinalização é que o dossiê fique pronto no primeiro semestre de 2024. Fala que a proposição deste prazo foi indicada pela parte técnica da Secretaria, e que ele não será extrapolado. Segue para a **Pauta 5**: Projetos relacionados à Fazenda Boa Esperança. Ressalta que esta foi também uma solicitação do conselheiro Glaucon. Sinaliza que existem alguns projetos já prontos/atualizados (Projeto Arquitetônico, Projetos Complementares, Planilha e Cronograma Físico-Financeiro da Casa Sede) e outros a elaborar (Casa do Caseiro, Área da Piscina, Silo e Curral). Solicita que a arquiteta Márcia faça a explanação dos projetos. Márcia diz que deixou uma cópia do memorial da fazenda para consulta. Fala que a Fazenda Boa Esperança é um complexo (que envolve a Casa Sede, a Casa do Peão, o Curral, o Silo e a Casa do Caseiro), bem como o entorno neste trajeto. Enfatiza que as demais áreas serão destinadas à Secretaria de Meio Ambiente. Fala que já foi elaborado um projeto para a Casa Sede, partindo da realização de prospecções (estudos de sondagem). Diz que a casa é do final do século XVIII, mas que a o histórico relativo a ela ainda não está concluído. Diz que foram feitas várias prospecções, que forneceram um diagnóstico mais próximo da realidade, sendo possível identificar uma planilha mais completa e com menos falhas. Fala que a prospecção não é uma depredação da edificação, mas uma intervenção necessária para seu entendimento e estudo. Cassiano pede que Márcia explique a legitimidade da prospecção. Márcia esclarece que o IEPHA e o IPHAN estabelecem, por meio de diretrizes, a necessidade e obrigatoriedade de sua realização. Ressalta que a prospecção integra os processos de projeto e restauro, e que o ideal é que prospecção seja

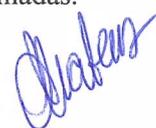


realizada em todo tipo de obra/intervenção. Fala que está na cultura há dez anos, e que os projetos passados foram realizados sem a realização de prospecção. Ressalta que sua ausência implica na produção de diagnósticos menos eficazes, influenciando no desempenho da obra. Fala que é tudo certificado por processos, e que nada se propõe a ser invasivo e desnecessário. Exemplifica dizendo que foi realizada uma prospecção no cunhal (do lado esquerdo), na Fazenda Boa Esperança, e que esta se mostrou invasiva (mas necessária), tendo em vista que ele estava bastante danificado. Esclarece que, ao realizar a prospecção as partes danificadas foram expostas e devidamente verificadas. Retoma uma fala da ex-secretária de cultura que, ao visitar a Casa, Sede disse que ela estava bastante conservada. Diz que, enquanto técnica, naquele momento, viu a casa com um olhar diferente, identificando possíveis danos. Esclarece que após a realização das prospecções, os espaços foram protegidos com placa de acrílico. No entanto, ressalta que todas as placas protetoras foram furtadas. Ressalta que todo o processo foi documentado para garantir a transparência das atividades realizadas. Apresenta uma planta da Casa Sede, mostrando as paredes em pau a pique e intervenções no ambiente (como a inserção posterior de uma parede em tijolo furado). Fala que o mapa de 1842 demonstra que a casa tinha um formato diferenciado do que é atualmente apresentado. Diz que está muito feliz pelo projeto já estar elaborado. Fala que a Fazenda é um bem muito importante para a cidade, e que remonta muitas recordações positivas para os luzienses. Fala que o projeto arquitetônico já está finalizado, mas que o projeto de pesquisa histórica continuará em andamento. Cassiano fala que essa é a primeira vez que um trabalho documental dessa envergadura está sendo realizado. Cassiano pergunta se será possível acrescentar alguma parede no espaço da Casa Sede. Márcia diz que é possível proceder com o acréscimo, desde que seja reversível, não promova danos à edificação original e se distinga em relação aos elementos originais. Glaucon agradece o secretário por atender às solicitações de informação, salientando sua postura transparente, em contraposição à postura da secretária anterior. Diz que incomodou bastante o recebimento do vídeo de um cidadão que reclamou pela falta de transparência dos processos relacionados à restauração. Pontua que essa noção se dá pela falha de comunicação da Secretaria e do Conselho com os cidadãos. Ressalta que o processo de restauração de um bem cultural é também uma ferramenta pedagógica para os cidadãos, e que é necessário dispor de um plano de divulgação do que seta sendo realizado, a fim de evitar que seja criada uma visão negativa em relação ao patrimônio. Ressalta que há uma aparência de abandono na Fazenda, mas que os acontecimentos em prol de sua manutenção não se conhecimento de grande parte da sociedade. Márcia diz que a Casa do Caseiro foi restaurada em 2014, e que infelizmente não foram feitas prospecções, e que várias particularidades do processo a incomodaram (como a retirada de elementos, como o taco e da banheira). Enfatiza que a prospecção não é destruição. Cassiano diz que, em outras cidades históricas, as prospecções são comuns (como é o caso da Casa Chica da Silva, em Diamantina), e que sua visualização é importante para o entendimento das particularidades das edificações. Cassiano prossegue dizendo que concorda com Glaucon, e que será necessário melhorar a comunicação das ações realizadas,

ressaltando a necessidade de desenvolvimento de um projeto de publicidade que confira maior transparência às ações realizadas. Adalberto pergunta se os móveis do museu continuam na Fazenda. Cassiano diz que sim, e que muitos deles passarão por restauro. Fala que eles serão catalogados, mas que muitos permanecerão no espaço, e enfatiza que os objetos menores serão restaurados primeiramente, conforme o cronograma. Glaucon pergunta se já existe uma listagem que apresente o que sumiu do acervo no momento e após a realização da mudança. Cassiano diz que a museóloga, Juliana Facre, está realizando este levantamento, mas que atualmente não é possível apresentar esses dados. Neilson pergunta se o setor de patrimônio da prefeitura não pode colaborar com o processo de identificação desses objetos. Cassiano fala que a ausência de um arquivo dificulta a realização dessas atividades, considerando a ausência de documentos que embasem os trabalhos. Segue para a **Pauta 6: Museu da Cozinha Mineira (Processo Administrativo nº 001/2022/Termo de Colaboração – Secretaria Municipal de Cultura e Turismo – Edital de Chamamento Público – SECULT nº 01/2022)**. Cassiano salienta que foram realizadas várias reuniões com a equipe da Cozinha Mineira, e que a conclusão apontou que, devido à ausência do andamento do processo de restauro, o cronograma apresentado no chamamento foi inviabilizado, tendo em vista a dificuldade de justificar um contrato que depende da solução dos problemas materiais (disponibilização e adequação do espaço). Fala que a empresa compreendeu os pontos levantados e propôs a realização do distrato (podendo ser realizado um novo chamamento no futuro). Fala que o SENAC contribuiu bastante no processo, e que o grupo Mineiridade aproveitou o levantamento realizado por eles para projetar a exposição de produtos culinários tradicionais que será realizada na Rua Direita. Adalberto pergunta o valor pago até então e Cassiano esclarece que foi por volta de seiscentos mil reais. Adalberto pergunta se esse valor veio do tesouro municipal. Cassiano informa que sim, e que a empresa vai devolver por volta de duzentos mil reais, tendo em vista que as ações previstas para este ano não serão realizadas. Adalberto intervém dizendo que é muito assustador receber essas informações e que se indigna pela irresponsabilidade relativa ao uso de dinheiro público. Enfatiza a ausência de apoio para proceder com a recuperação da Capela de Pinhões, do Teatro Taquaraçu e, até mesmo, da Fazenda. Ressalta o empenho para o lançamento da Pedra Fundamental do Museu da Cozinha Mineira, e a ausência de produto relativo às ações deste lançamento e dos empreendimentos do SENAC. Enfatiza que não há, nem mesmo referências das pesquisas realizadas para constar no arquivo e biblioteca do município. Diz que entrou na Casa Sede no dia do lançamento da Pedra Fundamental do Museu da Cozinha Mineira, e que se deparou com uma realidade extremamente diferente daquela observada em outras ocasiões, onde era possível ver os objetos do Museu Aurélio Dolabella completamente entulhados. Ressalta, no entanto, que para o lançamento da Pedra Fundamental essa realidade foi maquiada. Alerta que uma geração inteira de luzienses não está tendo acesso à história municipal que era contada por meio de ações promovidas pelo Museu Aurélio Dolabella. Enfatiza a ausência de ações de promoção do Museu, e aponta que o empenho do executivo está deixando a desejar. Ressalta que a morosidade dos processos relacionados à



restauração da Fazenda Boa Esperança podem inviabilizar a realização do Projeto do Museu da Cozinha Mineira, uma vez que ele poderá não ser de interesse da futura gestão do estado. Fala que as decisões relativas ao Museu da Cozinha Mineira não foram deliberadas pelo COMPAC, apesar de estarem intimamente ligadas ao patrimônio municipal, e que isso contribui para o inadequado uso dos recursos públicos. Diz que o trabalho realizado pelo Instituto Periférico não deve ser desperdiçado, para que, pelo menos, se tente justificar o gasto desses quatrocentos mil reais, e para que se tenha algum retorno social. Fala que as demandas de Santa Luzia são múltiplas, e que um Museu da Cozinha Mineira não deveria ter ser a prioridade. Neilson, corroborando com a fala do conselheiro Adalberto, diz que em todas as reuniões em que esteve presente falou-se que o projeto seria um captador de verbas, e que o COMPAC não deliberou sobre os gastos e pagamentos das empresas com o uso de recursos públicos. Cassiano diz que chegou há exatamente sete meses, e que naquela ocasião foi apresentado o projeto em âmbito do Conselho Municipal do Turismo, e que considerou a necessidade de apresentar o projeto para todos os conselhos da Secretaria. Diz que a lógica foi invertida, e que se estava pensando em turismo sem antes pensar na estrutura (garantida pela restauração dos espaços). Salienta que o orçamento da Secretaria Municipal da Cultura e do Turismo de Santa Luzia restringiu-se à sete milhões de reais, sendo mais de quatro milhões destinados ao restauro do Museu Aurélio Dolabella, e apenas dois milhões destinados ao Administrativo da Secretaria. Enfatiza que, caso o projeto da Cozinha fosse continuado, não haveria dinheiro disponível para a operacionalização da Secretaria e o cumprimento das obrigações pertinentes. Adalberto intervém dizendo que acredita que o dinheiro usado na restauração do Museu Aurélio Dolabella viria do Fundo de Patrimônio Cultural- FUMPAC. Questiona o uso do fundo, tendo em vista que durante muito tempo os recursos ficaram acumulados e sem destinação. Fala que o passivo se dá pela ausência de empenho. Glaucon diz que há uma incapacidade de gestão dos processos, e que o Museu da Cozinha Mineira não partiu de uma demanda da comunidade. Ressalta que esse projeto veio de cima para baixo, e que não está seguindo os processos das políticas públicas. Diz que não há comissões no COMPAC (como uma Comissão de finanças e Prestação de Contas ou uma Comissão de Gestão do Patrimônio), e que o trabalho dos conselheiros se restringe a receber relatórios e deliberar sobre eles. Pede que se assuma o compromisso de realizar uma reforma do Conselho do Patrimônio em âmbito da Conferência Municipal de Cultura, tendo em vista a impossibilidade da realização desta reforma em contexto da Assembléia Cultural Comunitária. Cassiano fala que a Conferencia Municipal de Cultura vai analisar os três dispositivos (cultural, turístico e patrimonial). Diz que está aguardando sinalização do Estado para liberação dessa data. Adalberto fala que seus apontamentos são necessários, tendo em vista que o COMPAC será questionado por deliberar sobre as questões relativas aos usos de recurso público, e será igualmente cobrado por agir como “cúmplice” de sua má gestão. Reforça que os Conselheiros não têm conhecimento de grande parte desses processos relacionados ao Museu da Cozinha Mineira, e que poderão ser enganados pelo cotidiano e serem responsabilizados pelas decisões tomadas.



Fala que é problemático terem distinguido as ações entre o Conselho de Patrimônio e do Turismo, não apresentando uma pauta tão importante para o COMPAC. Cassiano diz que sua preocupação reside na necessidade de atualização das demandas, e que é necessário pensar na estrutura de maneira orgânica, já tendo em vista o todo que se espera alcançar. Ressalta, também, a necessidade de construção de parâmetros mais claros e transparentes, bem como a necessidade de ampliação das estratégias de comunicação. Informa que as novas conselheiras estão aguardando a publicação oficial de suas nomeações para participarem efetivamente das reuniões. Fala que as instituições estão em processo de revisão dos nomes dos conselheiros indicados, e que na reunião de outubro os novos conselheiros estarão presentes. Glaucon fala que é importante ter o ato de posse (já constando a vigência do mandato), para que os conselheiros se orientem. Segue para a **Pauta 7: Contratação da FAOP – Fundação de Arte de Ouro Preto (Contrato N° 115/2022 de Prestação de Serviços e Ações de Preservação ao Patrimônio)**. Marco Aurélio informa que a FAOP fez uma visita técnica no novo prédio da SMCT, e que está aguardando a autorização do Ministério Público para proceder com a transferência dos bens do Museu para as novas dependências da Secretaria, a fim de que a FAOP possa iniciar os trabalhos de catalogação e restauração. Cassiano esclarece que as primeiras atuações estarão relacionadas às restaurações de papéis, seguidas de objetos menores (como porcelanas) e, por último, dos tridimensionais de maior porte. Fala que também será realizada a catalogação de documentos da Secretaria de Cultura. Neilson pergunta se após a catalogação esses materiais serão disponibilizados para visualização e consulta. Cassiano diz que está sendo reservado um espaço nas dependências da Secretaria da Cultura e do Turismo para o arquivo. Adalberto questiona qual será a perspectiva da catalogação dos documentos. Cassiano informa que as ações irão abranger os documentos da Secretaria. Adalberto intervém dizendo que o trabalho arquivístico até então não foi realizado, e que seria necessário diferenciar os documentos de arquivo que atualmente estão juntos dos documentos de museu. Alerta que os documentos arquivísticos não devem receber o mesmo tratamento dos documentos museológicos. Cassiano diz que os profissionais da FAOP vão realizar essa distinção. Adalberto pergunta se será contratado um profissional arquivista para o desenvolvimento dessas atividades. Cassiano diz que sim. Adalberto pontua que essas informações não estão sendo divulgadas. Enfatiza que o desmantelamento do Museu Histórico Aurélio Dolabella é um dos principais crimes contra o patrimônio cultural de Santa Luzia, e que isso é uma história criminosa, que até hoje não veio à tona. Fala que a Associação Cultural tem listagens dos documentos e registros fotográficos anteriores ao desmonte do museu. Fala que é necessário estabelecer essas definições e que a FAOP está vindo de fora fazer um trabalho técnico. Enfatiza que é necessário que os agentes se mobilizem e se reúnam para determinar o que se tem e o que se perdeu, e que poderá corroborar para uma audiência pública a fim de apurar essas questões. Cassiano fala que após a instalação da FAOP o Conselho poderá convidá-la para que sejam apresentadas as reivindicações. Diz que a FAOP poderá visitar instituições como o IFMG e a Associação Cultural Comunitária, e que isso poderá ser benéfico. Adalberto diz que

teme que, futuramente, se resolva as questões com um novo distrato, e que novamente uma empresa contratada possa não entregar os projetos pretendidos. Pontua que é necessário estar atento, que há questões que precisam ainda ser desvendadas, e que se deve tratar a questão não enquanto um processo de inventário e catalogação somente, mas, sobretudo como um processo de investigação de um crime de destruição de patrimônio. Glaucon fala que, pela gravidade do tema, seria necessário convocar uma audiência pública para que as partes esclareçam as causas. Cassiano diz que considera a proposição um atropelo, tendo em vista que a FAOP não tem informações suficientes sobre os processos e pormenores, e que seria mais produtivo contar com a contribuição da FAOP. Segue para **Pauta 8**: Manifestação em relação à proposta de Deliberação Normativa da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Abastecimento. Cassiano agradece a presença dos técnicos da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, e esclarece que há algum tempo tem sido considerada a possibilidade de discussão de uma deliberação normativa relativa a um fluxo e procedimento da Secretaria Municipal da Cultura e do Turismo, mas que versa também sobre o trabalho técnico da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e da Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Informa que essas secretarias apresentaram solicitação de revisão do documento da deliberação apresentada pela SMCT, tendo sido acatada. Afirma que a proposta deveria ter sido apresentada, primeiramente, ao Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, para depois ser trazido ao Conselho, e que por isso considerou assertiva a necessidade de revisão. Diz que aguardará essas sugestões, para que então sejam submetidas novamente ao Conselho. Fala que é necessário fazer uma autocrítica, e que deveria ter sido realizada uma reunião prévia entre as secretarias. Diz que os técnicos da SMCT já estavam incomodados com as demandas e decidiram tomar a iniciativa, mas que será necessário colocar as questões para discussão e deliberação prévia. Afirma que, assim que as secretarias apresentarem as proposições, estas serão apresentadas ao Conselho. Glaucon, gerente de licenciamento urbanístico e arquitetônico da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, diz que ao tomar conhecimento da proposta de deliberação normativa, decidiram se manifestar, mas que a intenção da Secretaria de Desenvolvimento Urbano não é interferir no modo de trabalho do COMPAC, apenas sugerir algumas alterações para serem consideradas: 1) Questões relativas ao enquadramento para anuência prévia; 2) Maneira de fazer a análise dos procedimentos, tendo em vista que há carência de diretrizes para o tratamento de imóveis tombados, inventariados e de seu entorno (como a submissão de pedidos de alvará de construção, de movimentação de terra ou engenho de publicidade). Ressalta que, neste sentido, são realizadas análises internas na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano relacionadas aos parâmetros urbanísticos e de edificações, e que quando envolvem questões de patrimônio cultural são encaminhados para a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo. Ressalta que o momento que esses processos são encaminhados para a SMCT pode ser melhor definido (decidindo se será encaminhado após a análise completa do Desenvolvimento Urbano ou não); 3) Proposta dentro da Deliberação Normativa, da criação do

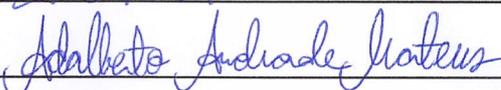
B-A

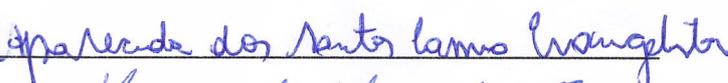
Estudo de Impacto Cultural, tendo em vista que atualmente o Estudo de Impacto de Vizinhanças já prevê a realização de uma análise cultural em diversos aspectos. Exemplifica dizendo que, dentro do EIV existe um estudo de impacto do trânsito (Relatório de Impacto de Circulação), e que alguns empreendimentos enquadrados no EIV não precisam apresentar o Estudo de Impacto de Vizinhança em sua totalidade. Enfatiza que a proposta de criação do Estudo de Impacto Cultural não deseja a punição do requerente (fazendo com que ele apresente inúmeros estudos). Aponta que é necessário estabelecer diálogos com o EIV para que os requerentes não precisem realizar dois estudos semelhantes envolvendo os aspectos culturais (um Estudo de Impacto Cultural e um Estudo de Impacto à Vizinhança). Diz que será necessário alinhar essas questões, a fim de evitar que os requerentes sejam prejudicados, reduzindo gastos de recursos, de tempo e diminuindo a morosidade dos processos. Enfatiza que a Secretaria de Desenvolvimento Urbano está à disposição para apresentar sugestões e discutir questões em prol do melhoramento dos processos. Cassiano agradece a exposição, e diz que os servidores da Secretaria de Desenvolvimento Urbano presentes na reunião são técnicos efetivos, e que isso qualifica o posicionamento apresentado. Fala que essa visão administrativa dos procedimentos, de modo não personalista, é necessária para o bom andamento dos processos. Cassiano ressalta a necessidade de alinhamento, e diz que esta pauta é importante por salientar a importância de discutir essas atribuições. Fala que a Secretaria de Meio Ambiente não pôde estar presente, mas que sinalizou a abertura para o diálogo. O conselheiro Glaucon Durães pontua que a falta de qualificação da prefeitura gera prejuízo pra a população, tendo em vista que o funcionamento da máquina pública não tem atendido as suas necessidades. Fala que a Secretaria de Desenvolvimento Urbano passou por um processo recente de desburocratização, mas que não houve paralelamente um processo de qualificação da máquina pública. Diz que é necessário estabelecer processos rigorosos, e que o Estudo de Impacto Cultural não é uma forma de punir o empreendedor, mas uma forma de resguardar a cultura de Santa Luzia, uma vez que sua perda pode ser irreparável. Fala que a desburocratização não deve se voltar para o rompimento do princípio da eficiência da máquina pública. Fala que muitos problemas gerados ao patrimônio poderiam ter sido evitados se os estudos realmente tivessem sido realizados. Cassiano diz que esse tipo de perspectiva demanda uma visão ampla de todo o processo. Segue para a **Pauta 9**: Nova Instalação da Secretaria Municipal da Cultura e do Turismo de Santa Luzia/MG. Cassiano informa que a Secretaria Municipal da Cultura e do Turismo foi transferida para o prédio onde funcionava a Loja MUG, localizada na Rua Direita, nº755. Fala que o novo prédio dará condições não apenas para o trabalho dos servidores da Secretaria, mas também para os técnicos da FAOP. Convida os conselheiros para visitarem o espaço. Segue para a **Pauta 10**: Orçamento Participativo 2023, para o exercício 2024. Cassiano informa que a Prefeitura publicou um orçamento participativo, solicitando que fosse realizada uma votação, indicando cinco prioridades de ação da Secretaria, tendo sido eleitos: 1) Solar Teixeira da Costa; 2) Solar da Baronesa; 3) Fazenda Boa Esperança; 4) Teatro Rural e Teatro Municipal; 5) Estação Ferroviária. Neilson pergunta se o Cemitério dos

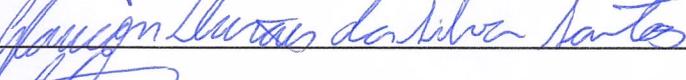
Escravizados não será considerado. Cassiano explica que, dentre essas cinco indicações, será votada apenas uma. Ressalta, no entanto, que obrigatoriamente o Solar Teixeira da Costa e o Solar da Baronesa precisam ser priorizados, em decorrência de sua atual situação. Diz que os demais bens demandarão desdobramentos por parte da Secretaria. Esclarece que o orçamento do ano vigente foi de Sete Milhões, mas que a necessidade para o próximo ano seria de, pelo menos, três vezes mais. Ressalta que apesar de ser constatada a necessidade de ampliação do orçamento, é bem possível que esse valor não seja disponibilizado. A conselheira Aparecida pergunta se o orçamento vigente da Secretaria foi investido unicamente no Centro Histórico. Fala que não tem visto quaisquer investimentos em Pinhões. Cassiano diz que não havia qualquer possibilidade de investimento, tendo em vista que a maior parte do orçamento da Secretaria estava comprometido com o restauro do Museu Aurélio Dolabella, e o restante foi direcionado para as demandas administrativas. Cassiano diz que a previsão de aumento do orçamento será avaliada pela administração e levada para aprovação pela Câmara. Aparecida diz que no ano passado o discurso foi parecido, e que não viu quaisquer investimentos em Pinhões. Cassiano reforça a existência de uma perspectiva de aprovação do orçamento e a possibilidade de sua revisão conjunta ao Conselho. Adalberto fala que é necessário pensar em estratégias para a o direcionamento de recursos para Pinhões. Lembra que em 2012 o Conselho elaborou um parecer para a pintura da igreja de Pinhões, assinado por ele e pela arquiteta Tatiane Gomes. Fala que é necessário pensar em estratégias de financiamento para o patrimônio de Santa Luzia, para que as questões patrimoniais não se restrinjam às festas e comendas. Neilson pontua que, Neise Duarte (historiadora especialista em patrimônio) fez um estudo sobre o Cemitério dos Escravizados, onde foi apontado um sítio arqueológico em ameaça pela especulação imobiliária e pelo projeto do rodoanel, e se preocupa por não haver qualquer intervenção pública em prol de sua proteção. Cassiano fala que é necessário o envolvimento dos participantes para além da presença nas solenidades. Ressalta que alguns segmentos, como Saúde e Educação, são priorizadas pela gestão dos municípios, e que as questões da Cultura acabam ficando em segundo plano. Fala que a integração entre os poderes é necessária e que é necessário desenvolver uma visão macro acerca do patrimônio, da cultura e do turismo no município. Ressalta que é sempre necessário estabelecer prioridades e análise das condições para sua execução. Diz que haverá dificuldade para conseguir triplicar o orçamento, conforme está sendo pleiteado junto à administração. Conselheiro Glaucon diz que, pela fala do secretário, fica claro que a Cultura não é prioridade no município. Fala que orçamento é uma disputa política e que o Secretário não deve chegar à mesa de negociação em um posicionamento subalterno, já inferindo que a Cultura está aquém de segmentos como Saúde e Educação. Enfatiza que é necessário pensar em novas formas de arrecadação de recursos. Cassiano diz que sua fala está relacionada à dificuldade de justificar a necessidade de triplicar o orçamento frente às justificativas que serão apresentadas por outras secretarias. Neilson fala que um argumento razoável seria direcionar os gastos da obras do Museu Aurélio Dolabella para a Secretaria de Obras. Conselheiro Glaucon fala que reconhece as

dificuldades do município, sobretudo relacionado aos investimentos realizados na educação, mas que é necessário igualmente priorizar as demandas da Cultura. Adalberto fala que é necessário ocupar espaço na mesa política das negociações. Diz que não há qualquer negociação política que leve à Brasília o pleito de participação nas obras de uma casa tombada pelo IPHAN, por exemplo. Enfatiza que não há efetividade em apenas ressaltar a grandiosidade do patrimônio, mas que é necessário igualmente lutar por ele. Lembra que Santa Luzia tem um deputado estadual que pode conseguir verbas para o patrimônio. Pontua que o orçamento participativo apresentado deixa de ser participativo exatamente por estar imposto pela própria situação dos bens. Fala que Pinhões nunca acessou o recurso público para proteção do seu patrimônio. Ressalta que a Secretaria não dispõe de definições e cartelas de prioridades definidas e que isso inviabiliza o desenvolvimento das ações. Neilson relembra que Santa Luzia está em um momento muito bom, relacionado à visibilidade de seu patrimônio nos espaços de comunicação e mídias sociais, e que deveria se aproveitar as potencialidades de seu patrimônio e as devolutivas que este pode dar à cidade, desde que pensado de forma sustentável e empreendedora. Alexandre, advogado e representante da sociedade civil, solicita direito de manifestação para falar sobre o orçamento participativo. Cassiano diz que a fala não estava prevista e que, portanto, não deverá ser registrada em ata. Conselheiro Glaucon solicita agendamento de visita ao acervo do Museu Aurélio Dolabella para acompanhar a situação atual dos objetos e o processo de sua restauração. Cassiano diz que após a devida transferência dos materiais e instalação da FAOP nas novas dependências da SMCT a visita poderá ser marcada. Nada mais havendo a tratar, a presente ata foi lavrada por mim, Amanda Gomes, Assistente Administrativo da Secretaria Municipal da Cultura e do Turismo de Santa Luzia, que após lida e aprovada será assinada pelos participantes.

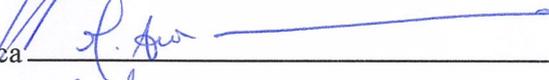
Cassiano Luís Boldori 

Adalberto Andrade Mateus 

Aparecida dos Santos Carmo Evangelista 

Glaucon Durães da Silva Santos 

Gustavo Fernandes Pereira 

Marco Aurélio Carvalho Fonseca 

Neilson José da Silva 